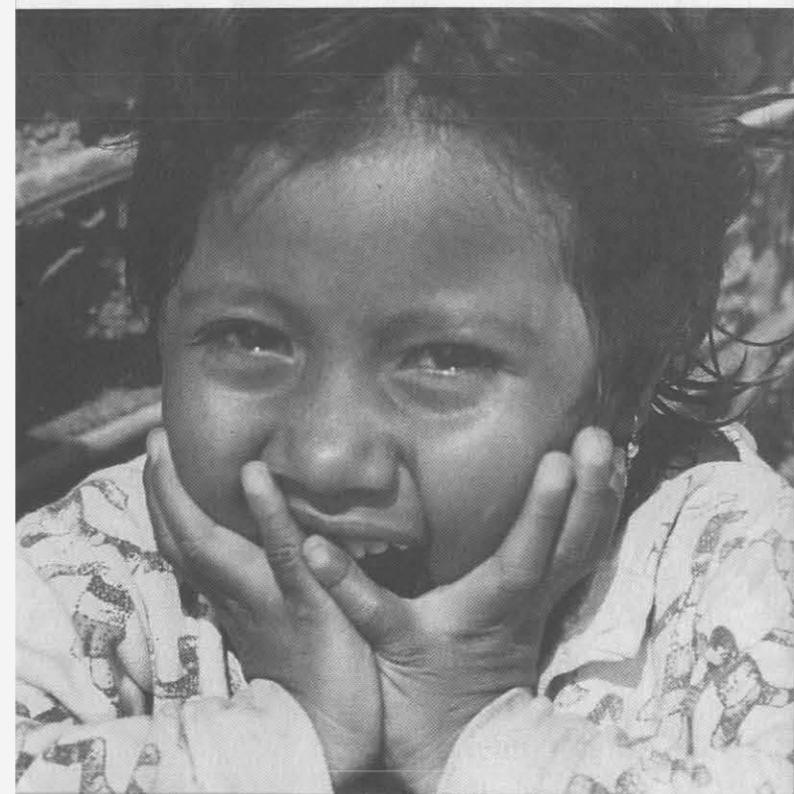


“A demarcação  
de nossas terras  
é a garantia de  
nossas vidas”

(CNBB)



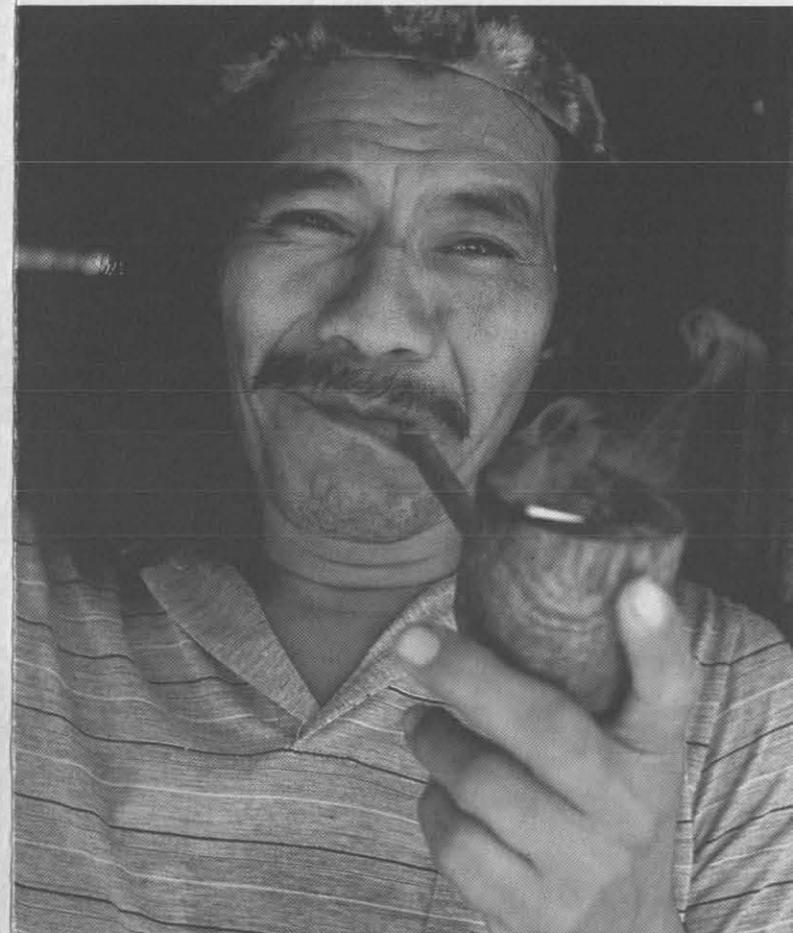
**SUDELPA**

SUPERINTENDÊNCIA DO  
DESENVOLVIMENTO DO  
LITORAL PAULISTA

SECRETARIA DO INTERIOR



**A Nação Guarani  
e o Governo  
Montoro.**



CEDI - P. I. B.  
DATA 02, 04, 93  
COD. GID 00047

O índio brasileiro não está somente nos confins da amazônia. Está também - e principalmente - aqui mesmo.

Eles formam a Nação Guarani. Um povo que possui diversas aldeias no Estado de São Paulo: Morro da Saudade, Crucutu, M'Boi Mirim e Jaraguá (Capital), Rio Branco (Itanhaém), Itariri (Itariri), Silveira (São Sebastião) e Boa Vista (Ubatuba).

Embora afastadas, todas essas aldeias mantém, entre si, estreitas e intensas relações, sejam políticas, matrimoniais, religiosas e até econômicas, inclusive com aldeias do litoral fluminense (Parati e Angra dos Reis) e do litoral capixaba (Aracruz).

A unidade da Nação Guarani está calcada no respeito aos seus chefes, homens fortes, caciques, rezadores - os "Xamãs".

São esses líderes que, em nome de seu povo vêm lutando pela garantia e defesa de seus direitos, como a demarcação de terras e a preservação da cultura, tradição e de seus próprios valores.

## Garantia, defesa e demarcação das terras indígenas.

Estas são as principais reivindicações da comunidade Guarani. E o Governo Montoro tem apoiado essas reivindicações, não apenas custeando a defesa judicial dos territórios indígenas, como também, realizando a demarcação administrativa e física das terras, através de convênios com a FUNAI.

Um serviço de assistência médica e agrônômica também vem sendo prestado, com acompanhamento de equipe especializada que coordena a ação dos diversos setores do Estado.

O trabalho desenvolvido pelo Governo junto à Nação Guarani, coordenado pela Secretaria do Interior e executado pela equipe de Resolução de Conflito de Terras da Sudelpa, tem como princípio nortear o respeito pelas lideranças tradicionais e a não interferência nas questões internas, visando estimular e prestigiar o exercício da auto-determinação indígena. Ou seja: defender o direito dos próprios índios decidirem como querem ser e viver.

